

ENSINO NO CAMPO DE PÚBLICAS: o caso dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP)

TEACHING IN THE PUBLIC FIELD: the case of the courses of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) and the School of Government of the João Pinheiro Foundation (EG / FJP)

Lindijane de Souza Bento Almeida¹

Maria Isabel Rodrigues²

Raquel Maria da Costa Silveira³

RESUMO

No início dos anos 2000, no Brasil, multiplicaram-se os cursos de graduação voltados para a formação de profissionais capacitados e com habilidades para propor planos, programas e projetos, elaborar diagnósticos e avaliar políticas públicas a partir de um ensino multidisciplinar. Uma dessas experiências, criada no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, é o bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, iniciado em agosto de 2009. Outra experiência é o curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, criado em 1986, o qual se configura como um dos cursos pioneiros do Campo de Públicas. O objetivo deste artigo é analisar as estratégias de ensino e as inovações presentes no curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN e analisar a experiência do curso de Administração Pública da Escola de Governo. Verificou-se que as duas experiências são inovadoras no que se refere ao ensino no Campo de Públicas e demonstram que a aproximação do discente com a gestão pública pode e deve ocorrer no momento da sua formação.

Palavras-chave: ensino multidisciplinar, Campo de Públicas, gestão pública.

ABSTRACT

In the early 2000s, in Brazil, undergraduate courses aimed at training professionals with skills to propose plans, programs and projects were developed, diagnosed and evaluated public policies based on multidisciplinary teaching. One of these experiences, created in the context of the Program to Support Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities, is the bachelor's degree in Public Policy Management of the Federal University of Rio Grande do Norte, started in August 2009. Another experience is the Public Administration of the Professor Paulo Neves de Carvalho School of Government of the João Pinheiro Foundation, created in 1986, which is one of the pioneering courses of the Public Field. The objective of this article is to analyze the teaching strategies and the innovations present in the Public Policy Management course of the UFRN and to analyze the experience of the Public

¹ Professora adjunta do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), graduada, mestra e doutora em Ciências Sociais pela mesma universidade. É presidenta da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), pesquisadora do INCT- Observatório das Metrópoles Núcleo Natal e líder do Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas da UFRN. E-mail: almeida.lindijane@gmail.com.

² Graduada em Direito pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, mestre em Administração Pública pela mesma instituição. Diretora Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e Diretora de Comunicação da ANEPCP. E-mail: isabel.rodrigues@fjp.mg.gov.br

³ Professora substituta do Departamento de Políticas Públicas e doutoranda em Ciências Sociais na UFRN. Mestre em Estudos Urbanos e Regionais pela UFRN. Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela UFRN e em Direito pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Integra a equipe do Observatório das Metrópoles Núcleo Natal e do Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas da UFRN Email: raquelmcsilveira@hotmail.com.

Administration course of the School of Government. It was verified that the two experiments are innovative with regard to teaching in the Public Field and demonstrate that the student's approach to public management can and should occur at the time of their formation

Keywords: multidisciplinary teaching, Field Public, public management.

INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, criado em 2003 no Brasil, teve como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior em todo país. Como resultado dessa política, os recursos destinados ao sistema universitário cresceram entre 2003 e 2012, passando, em valores constantes, de 10,7 a 27,4 bilhões de reais. A mesma tendência foi verificada no que tange ao investimento nas universidades federais, aumentando de 10,3 a 25,2 bilhões de reais (GENTILI, 2013).

Nesse contexto, foram criados cursos de graduação com foco na gestão pública. Esses cursos, em 2014, totalizavam mais de 120 experiências presenciais, se somados aos cursos à distância, alcançam mais de 250 (PIRES et al, 2014) casos. Tais experiências se enquadram na necessidade percebida de qualificar os profissionais que pretendem ter como carreira profissional o serviço público.

Essa mudança paradigmática partiu da compreensão de que a agenda de problemas públicos no Brasil passou a requerer um gestor público com competências e habilidades para propor planos, programas e projetos capazes de avançar na consolidação da democracia brasileira; bem como que, no contexto brasileiro pós Constituição Federal de 1988, o modelo de gestão pública e a relação Estado-sociedade se redefiniram no Brasil (COELHO, 2006).

A criação dos cursos se deu, em grande parte, por adesão das instituições ao Programa REUNI. Essas experiências se caracterizam não somente por um ensino multidisciplinar (LUCIO *et. al.*, 2017), mas, igualmente, flexível.

Nesse contexto, surgiu o curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (GPP-UFRN). A experiência objetiva “formar gestores com visão generalista e crítica sobre a gestão governamental e não governamental das políticas públicas, comprometidos com a ética e a responsabilidade social” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2013, p. 6).

Para tanto, foram adotadas estratégias de ensino pautadas na multidisciplinaridade para possibilitar ao discente o exercício das habilidades e práticas relativas ao planejamento e gestão de políticas públicas, como a formulação de planos, projetos, programas, relatórios, pareceres, levantamentos, análises, diagnósticos. Tais experiências são denominadas de “Ateliês de Gestão de Políticas Públicas” e consistem nas únicas disciplinas obrigatórias ao aluno em cada semestre da graduação.

A disciplina de Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI requer do aluno a elaboração e execução de uma proposta de avaliação de um plano, programa ou projeto. Tal esforço, geralmente, era conduzido de forma que os discentes poderiam selecionar o objeto das avaliações de forma espontânea e buscar formas de realizá-las considerando a necessidade de aproximação dos técnicos responsáveis pela formulação e implementação da política.

Ocorre que, a avaliação de políticas públicas ainda não é percebida pelo gestor público brasileiro como uma forma de aprimorar os resultados de suas ações, mas sim, como um modo de expor as suas fragilidades. Nesse sentido, nem sempre os discentes conseguiram acesso aos dados e informações essenciais para a realização da avaliação. Além disso, a inexistência de um contato aproximado com a gestão pública ainda era um entrave para o aperfeiçoamento da disciplina.

Desse modo, como forma de proporcionar o diálogo entre gestores e discentes, a experiência do Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI do semestre 2017.1 buscou realizar parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e com a própria Universidade. A ideia era que os gestores disponibilizassem planos, programas e projetos e acompanhassem os discentes na elaboração da proposta e na execução das avaliações. Ou seja, colaborassem com a disponibilidade dos dados e informações (fontes primárias e secundárias), e com as condições para a aplicação de metodologias participativas necessárias à execução da avaliação.

Já o curso de Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, foi criado em 1986, sendo o terceiro curso do Campo de Públicas criado no Brasil e é o único que constitui-se como etapa de concurso público, formando Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental para ingresso no Poder Executivo Estadual:

Moribundo nos anos oitenta, da Constituição de 1988 às discussões/tentativas de redefinição do Estado no início dos anos noventa – com pauta (e projetos) sobre ajuste fiscal, reforma administrativa e descentralização -, o bacharelado em administração pública alentaria ante a retomada da profissionalização no serviço público, o aumento da governança (e das políticas públicas) no nível subnacional e a emergência do terceiro setor. A EAESP, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Fundação João Pinheiro (FJP) constituiriam a tríade do ensino de administração pública para graduandos no Brasil nos anos noventa. (COELHO, 2006, p. 91)

No ano de 2013 foi realizada a última reforma no currículo do curso de Administração Pública, visando uma maior aproximação entre teoria e prática.

Após a realização da primeira experiência do Ateliê de Gestão de Políticas Públicas e do fechamento do primeiro ciclo do novo currículo do curso de Administração Pública, o presente artigo objetiva analisar as estratégias de ensino e as inovações presentes no curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, tendo como foco a disciplina de ateliê de políticas públicas VI ministrada em 2017.1 e analisar a experiência do curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

Para tanto, os alunos que participaram da experiência foram ouvidos por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais buscavam entender como os discentes visualizavam a aproximação com a gestão no ateliê de gestão de políticas públicas VI e se compreendiam como positiva as inovações do semestre 2017.1, exigência de uma avaliação participativa e articulação institucional com as secretarias que promovem a política; foi também analisado o projeto pedagógico do Curso de Administração Pública da Escola de Governo.

A EXPERIÊNCIA DO GPP DA UFRN À LUZ DO CAMPO DE PÚBLICAS

A partir de uma avaliação sistemática do Projeto Pedagógico (PP) do curso algumas especificidades podem ser ressaltadas, visando provocar um debate mais amplo sobre o tipo de formação em nível de graduação que o Campo de Públicas vem consolidando no país.

Como foi dito anteriormente, o PP do curso de Gestão de Políticas Públicas apresenta como ideal uma formação generalista com flexibilidade curricular, mas que tem na temática da participação social uma especificidade. Constitui-se como um de seus objetivos formar um gestor que tenha condições de ter uma visão ampla dos vários aspectos complexos que envolvem a gestão de uma política pública, dada a complexidade e os desafios de planejar, de introduzir a cultura da avaliação em uma perspectiva participativa, sem que o gestor tenha “medo de ser avaliado”. O curso discute em várias dimensões a importância da dimensão política do planejamento governamental.

Tais características inserem o curso de GPP da UFRN no contexto do Campo de Públicas, o qual se caracteriza por seu caráter tecnopolítico. Como destaca a Carta de Brasília (2013, p. 2):

Essas especificidades conduzem à formação de um egresso com perfil ajustado à atuação nas seguintes esferas: como agente tecnopolítico em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, nas organizações não-estatais de caráter público, nacionais e internacionais, ou em quaisquer outras organizações orientadas pelo ethos público e para o bem público; como formulador, implementador e analista de processos sociais complexos relacionados à esfera pública.

A flexibilidade curricular⁴, outra especificidade dos cursos do Campo de Públicas, no GPP tem sido muito interessante, especialmente no caso de alunos que já têm a finalidade de se aprofundar em alguma área, por exemplo, gestão de políticas de saúde. Esse aluno passa a ter uma gama ampla de opções de disciplinas nessa temática dentro de toda a Universidade e, o mais importante, cria a oportunidade de auto-reflexão sobre qual a formação ele ou ela deseja receber.

A principal especificidade do GPP e dos demais cursos do Campo de Públicas é formar um profissional que apontem soluções ainda não pensadas, que tenha a capacidade de ter uma visão ampla da política pública e que, em termos práticos, possa estabelecer diálogos efetivos com os diferentes campos tradicionais do conhecimento, dada a multidisciplinaridade que está posta como o princípio norteador durante todo processo de formação dos alunos, assim como a flexibilidade proporcionada pelos PP de cada curso.

O projeto pedagógico do GPP/UFRN, por exemplo, propõe que a formação seja pensada menos em termos de quais disciplinas cursar e mais em habilidades que devem ser exercitadas e aprendidas ao longo do curso. A partir dos cinco grandes Eixos de Formação, quais sejam: Eixo Formação Geral (disciplinas de cunho mais instrumental e técnico); Eixo Formação do Cidadão (disciplinas de conhecimentos gerais sobre o estado da arte das teorias sobre o Estado e a Sociedade); Eixo Organização Social e dos Governos (que dispõe como são constituídas e funcionam as instituições e os órgãos públicos e sociais); Eixo Gestão Pública (análise acerca das formas e modelos de gestão mais adotados) e Eixo Planejamento e Políticas Públicas (no qual estão inseridas as disciplinas práticas relativas ao exercício do planejamento e gestão de políticas públicas)⁵ (UFRN, 2013).

O quinto Eixo de Formação é composto pelas seis disciplinas de “Ateliês de Gestão de Políticas Públicas”, únicas disciplinas obrigatórias do curso e que contam com a maior carga horária (120 horas), sendo ofertados nos seis semestres do curso. No que tange à metodologia de ensino dos Ateliês de Gestão de Políticas Públicas, destacam Gomes (*et. al.*, 2017, p. 155): “Em primeiro lugar, trata-se de uma disciplina prática, isto é, os alunos desenvolvem algum (ou mais de um) produto ao longo do semestre, com aula curtas intercaladas de instrumentalização, que chamamos de aulas “teórico-instrumentais”.”.

⁴ Os alunos precisam cursar 750 horas nos seis Ateliês, mínimo de 525 horas de optativas da grade própria do GPP (isto é, outras 735 horas com liberdade para pagar em outros departamentos ou na própria grade do GPP se o aluno assim desejar), o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a realização de 400 horas de atividades complementares aos estudos.

⁵ Os demais eixos apresentam opções de disciplinas técnicas-instrumentais (como o de Formação Geral) e disciplinas teóricas.

Cada ateliê está voltado a inserir o aluno na prática voltada a uma das fases do ciclo de políticas públicas. A título de exemplo, no Ateliê IV, os alunos devem elaborar um diagnóstico como produto final da disciplina sendo instrumentalizados com diferentes técnicas para esse fim (GOMES *et. al.*, 2017). O ateliê VI, em destaque no presente texto, está voltado à execução de uma avaliação de uma política pública

Deve-se destacar que, nos ateliês, os trabalhos são sempre desenvolvidos em grupos. Nesse sentido, a disciplina simula o ambiente de trabalho de um futuro gestor, que deverá aprender a trabalhar em equipe e desempenhar a sua capacidade de liderança.

Gomes (*et. al.*, 2017) ainda destacam outro aspecto: o fato de que os Ateliês têm uma carga horária de atividades não presenciais. Nesse caso, "o objetivo é que as aulas presenciais sejam momentos não de coleta de informações mas, ao contrário, de discussão das informações coletadas e, principalmente, de tomada de decisão". Além disso, a fim de auxiliar no trabalho realizado pelos alunos, a disciplina é ministrada por dois professores, os quais estão sempre presentes em sala de aula para acompanhar os discentes nas suas atividades. Esses são os principais elementos que caracterizam os ateliês de gestão de políticas públicas da UFRN. A seguir, destacaremos a experiência do ateliê de gestão de políticas públicas VI como um caso de inovação no ensino.

EXPERIENCIA DO ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VI E A APROXIMAÇÃO COM A GESTÃO

O Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI possui como objetivo fomentar, disponibilizar e discutir instrumentos teóricos, metodológicos e práticos acerca da avaliação de políticas públicas. Os alunos devem elaborar uma proposta de avaliação e executá-la, apresentando os resultados da avaliação.

Para tanto, exige-se do aluno a capacidade de reconhecer e executar diferentes possibilidades de avaliação de políticas públicas (de resultado, impacto, monitoramento, participativa, institucional, *ex-ante*), suas possibilidades e limitações. Deve o discente apresentar condições para fazer uma leitura crítica de avaliações realizadas por terceiros; elaborar uma proposta e executar um projeto de avaliação, realizando levantamento de dados de modo sistemático e de produzindo sínteses.

A disciplina é composta por aulas práticas de trabalho em grupo para a construção da proposta de avaliação e de sua execução, com apoio dos professores-tutores e de aulas teórico-instrumentais preparatórias para as aulas práticas.

No semestre de 2017.1, docentes colocaram para os alunos o desafio de realizar uma avaliação participativa, entendida como aquela cuja realização é partilhada com os agentes e beneficiários envolvidos, permitindo para além da avaliação, uma apropriação reflexiva e socializada entre os diversos sujeitos da ação em movimento (LAISNER; DE MARIO, 2014).

Ao longo dos anos, a disciplina vinha sendo realizada sem um contato próximo com a gestão. Os próprios alunos buscavam planos, programas e projetos que desejavam avaliar. Desse modo, nem sempre era possível realizar um contato efetivo com gestores ou conseguir os dados e informações relevantes para a avaliação.

Considerando tal realidade, os docentes responsáveis pela disciplina no semestre de 2017.1 buscaram parcerias com a administração pública municipal, estadual e com a própria Universidade, a fim de que os gestores públicos selecionassem planos, programas e projetos para a realização de avaliações pelos alunos.

Os objetivos dessa estratégia eram possibilitar a troca de informações e a interlocução para a elaboração de avaliações de políticas públicas; fomentar o processo de avaliação das políticas públicas nos órgãos

parceiros; fortalecer as disciplinas de Ateliê de Políticas Públicas a partir do intercâmbio de conhecimento prático aplicado; promover, aos alunos da disciplina de Ateliê de Políticas Públicas VI, o acesso de dados e informações para possibilitar a elaboração de avaliações de políticas públicas e estreitar as relações institucionais entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especialmente o Departamento de Políticas Públicas, e o as esferas da administração pública, por meio dos atores políticos a ele vinculados, aproximando, assim, os docentes e discentes do conteúdo prático das políticas públicas.

Inicialmente, foram realizadas reuniões preparatórias com os docentes e os gestores, a fim de aproximar estes atores da estratégia de ensino do Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI. O segundo passo foi a seleção dos projetos pelos gestores, que apresentaram as experiências para os docentes em um momento prévio ao contato com os alunos.

O terceiro passo, por sua vez, foi o contato dos discentes com os gestores convidados, os quais realizaram palestras durante o horário da disciplina, apresentando os aspectos principais de cada plano, programa ou projeto a ser avaliado. Tal momento possibilitou a interlocução entre a prática dos gestores e a teoria já estudada pelos alunos em sala de aula. A partir da exposição realizada, os discentes puderam selecionar a política a ser avaliada por cada grupo.

Nessa experiência, cada ator possuía as suas responsabilidades. O gestor deveria facilitar o acesso aos dados e às informações relevantes para a execução da avaliação, indicando aos alunos, também, os caminhos para acessar atores que participavam da política. Os discentes deveriam elaborar a proposta de avaliação e executá-la de acordo com as orientações dos docentes responsáveis pela disciplina. Esses últimos, por sua vez, eram responsáveis, ainda, por observar se as avaliações produzidas pelos alunos estavam condizentes com os aspectos teóricos abordados em sala de aula, acompanhando o contato dos alunos com a gestão.

Ao final, foram elaboradas avaliações de programas e projetos da administração municipal e estadual, além de políticas da própria Universidade, executadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFRN. Os gestores que acompanharam foram convidados a participar das apresentações dos produtos elaborados pelos alunos, realizando observações e sugestões. Em momento posterior, as avaliações foram levadas pelos professores e discentes aos responsáveis pelas políticas avaliadas, realizando-se uma apresentação devolutiva aos secretários responsáveis pelas pastas relacionadas aos programas e projetos.

Durante a apresentação realizada pelos alunos aos gestores e secretários, a inovação na disciplina de Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI foi caracterizada pelos gestores como positiva e benéfica à própria gestão. Contudo, era necessário, igualmente, ouvir os alunos e proporcionar a eles analisar a experiência vivenciada, indicando os pontos positivos e negativos, a fim de aprimorar a estratégia de ensino.

Todos os alunos que participaram da disciplina no turno da noite foram convidados a participar da análise. Foram entrevistados 04 alunos que aceitaram participar da pesquisa. A entrevista buscava entender como o aluno avalia a experiência do ateliê VI em relação à parceria realizada com as instituições públicas; como foi o contato realizado com os gestores públicos; quais os pontos positivos e negativos dessa experiência; se, em relação aos ateliês anteriores, nos quais não houve a simulação de forma aproximada com a gestão, o aluno considera que o ateliê VI foi uma experiência inovadora, bem como saber se houve algum reflexo concreto da aproximação dos alunos com a gestão após o ateliê VI.

Durante a realização da pesquisa, foi solicitado que os alunos indicassem três pontos positivos e negativos da disciplina analisada, de uma forma geral, a fim de saber se a inovação do semestre analisado seria reportado como ponto positivo ou negativo. Os aspectos reportados pelos alunos foram organizados no quadro que segue:

Quadro 1 - Pontos positivos e negativos indicados pelos alunos do Ateliê VI entrevistados

ENTREVISTADO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
A	Sinergia do grupo.	Tempo para execução no campo
	Trabalho de campo.	Dificuldade de comunicação entre a equipe e professores e gestores
	Avaliar uma política em sua realidade, atualizada com que está acontecendo em determinado período administrativo.	Maior tempo para revisão textual final
B	A atuação na prática.	Pouco tempo para a realização das avaliações
	O contato com os gestores.	
	O know-how que fica para próximas experiências profissionais.	
C	Contínuo contato com os gestores.	Pouco tempo de trabalho. A duração da feitura da avaliação resumiu-se em menos de 06 meses, o que poderia ter causado algumas deficiências tanto na coleta de dados quanto nas análises que exigissem mais tempo do que havia.
	Prestatividade dos gestores com os membros do grupo.	
	O contato com a máquina pública. A parceria proporcionou um contato quase que direto com a gestão municipal e estadual, o que nos aproximou e pintou uma imagem do trabalho do gestor de políticas públicas na realidade do dia a dia, mostrando as características da nossa futura carreira enquanto graduandos (...).	
D	A aproximação com a realidade, tanto da gestão, quanto do objeto de estudo; compreender quais são as demandas da gestão, evitando assim, fazer “mais do mesmo”.	Os pontos negativos foram a demora para ir a campo.
	Ter como resultado algo que seja de interesse das instituições.	Resistência ao receber os resultados da avaliação por parte de alguns gestores; tempo de forma geral.
	O acompanhamento contínuo das professoras foi um diferencial para o bom resultado da avaliação.	
	A visibilidade do profissional do Campo de Públicas nas instituições, que ainda é muito restrita.	

Fonte: organizado pelas autoras, 2018

A análise do quadro acima permite concluir que a parceria realizada foi avaliada de forma positiva. O contato com os gestores e a aproximação com a realidade, tanto da gestão, quanto do objeto de estudo tornou possível ao aluno compreender quais são as demandas da gestão, conforme destacou a entrevistada D.

De modo geral, os alunos destacaram a experiência como uma inovação. De acordo com os entrevistados:

Acredito que é um grande avanço para GPP, pois permite uma interface direta com a realidade da gestão pública brasileira, permitindo o aluno estabelecer parâmetros entre a teoria e a prática no exercício das suas funções. (...) Bem melhor, sinto que as maiorias dos ateliês deviam implantar esta metodologia de aprendizado. [Entrevistado A, discente do GPP-UFRN, 2018].

Considero o ateliê 6 a melhor experiência que tivemos dos 6 ateliês, o fato de simular na prática intimidou num primeiro momento, mas depois se tornou a grande motivação. Poder agir na prática foi de fato muito motivador. (...) o fato de existir uma parceria nos fez sentir que os gestores confiavam no trabalho que ali estava sendo desenvolvido. [Entrevistado B, discente do GPP-UFRN, 2018].

A experiência vivida foi única no sentido de estar em contato direto e contínuo com a gestão pública e o seu dia a dia, tendo acesso ao seu funcionamento, rotina, atividades e dinâmica. A parceria realizada proporcionou aos estudantes do Ateliê VI um contato maior e mais próximo do que se pode esperar e do que se pode trabalhar na realidade da gestão pública, permitindo o uso de toda a aprendizagem que obtivemos em ateliês anteriores para o máximo de sucesso na entrega dos nossos produtos. Além disso, essa parceria proporcionou o conhecimento da gestão pública aos futuros gestores do curso, abrindo uma janela de oportunidades nos quais podemos mostrar todas nossas ferramentas aprendidas e desenvolvidas para atuar, somar e melhorar a gestão, seja ela nos níveis municipal, estadual e federal. [Entrevistado C, discente do GPP-UFRN, 2018].

A experiência foi maravilhosa, considero que trabalhar com programas reais e que estão na agenda do governo, nos aproxima muito mais da prática e apresenta os verdadeiros gargalos da gestão. Particularmente, senti muita falta dessa experiência em boa parte dos ateliês. No caso do programa escolhido pelo grupo, não foi necessário realizar apenas uma parceria, tivemos que fazer cinco contatos diferentes, com a solicitação de 5 ofícios diferentes e isso demandou muito mais tempo e esforço do grupo. [Entrevistado D, discente do GPP-UFRN, 2018].

Tal inovação permitiu o contato aproximado entre os alunos e os gestores, sendo esse um aspecto destacado pelos entrevistados:

Realizamos diversos contatos, com diversos graus da administração, desde o Secretário até as pessoas que ocupam cargos operacionais. Permitindo ver toda a cadeia necessária para executar um projeto, programa. (...) a instituição UFRN, tem credibilidade e tradição no Estado, facilita a ponte institucional e acesso aos dados para a pesquisa [Entrevistado A, discente do GPP-UFRN, 2018].

Os gestores se mostraram, desde o primeiro contato, dispostos que fizéssemos essa avaliação, até mesmo como forma deles saberem a realidade e os possíveis pontos de re-ajuste do programa. O contato com o gestor, realmente, nos fez sentir a realidade de como é atuar como gestor. Foi de fato, importante pra nosso aprendizado. [Entrevistado B, discente do GPP-UFRN, 2018].

O contato com os gestores foi presente, constante e prestativo, seja com aqueles que coordenavam e com aqueles que executavam as atividades. A cada momento necessário, os gestores se mostraram prestativos e abertos à nossa presença, solícitos com nossos pedidos e compreensivos com a entrega dos produtos. A vontade de ser avaliado e a abertura do seu processo de funcionamento sem “maquiar” ou “esconder” as características das atividades, junto com o diálogo franco e consciente, permitiram que a experiência rendesse proveitosos frutos para ambas as partes envolvidas. [Entrevistado C, discente do GPP-UFRN, 2018].

Apesar da existência da parceria, um dos entrevistados ainda reportou dificuldades no acesso a algumas informações:

Apesar de haver intermédio da UFRN com as intuições públicas, senti que ainda há uma certa resistência por parte de alguns atores em receber os discentes, mas considero que isso faz parte do processo, se não tivéssemos o auxílio das professoras, com certeza, teria sido mais difícil fazer a avaliação do PMAQ. (...) A parceria nos resguardou quanto a utilização dos dados e das informações e foi um argumento utilizado na solicitação, porém ainda foi difícil de conseguir alguns documentos. Além disso, alguns documentos não apresentavam as informações que se propuseram a ter, por falhas digitais. [Entrevistado D, discente do GPP-UFRN, 2018].

A análise do Quadro 01 também permite observar que alguns aspectos relativos à experiência ainda precisam ser aprimorados. Dentre eles, os alunos reportaram necessitar de mais tempo para realizar as atividades de campo, demonstrando ser necessário rever a distribuição das aulas entre teoria e prática. Além disso, um dos alunos destacou a necessidade de melhoria da interlocução entre docentes, gestores e discentes.

Em vista de se tratar de uma nova estratégia de ensino aplicada de forma pioneira, torna-se necessário pensar formas de, ao inserir um novo ator (o gestor) na dinâmica do componente curricular, garantir que alunos, docentes e gestores estejam alinhados em sua atuação de acordo com suas responsabilidades específicas.

Nesse mesmo sentido, a melhoria da interlocução entre os atores e a melhor divisão entre teoria e prática na disciplina se fizeram presentes dentre as sugestões indicadas pelos alunos:

Aprimorar o acompanhamento dos professores com os grupos para que todos os grupos possam entregar bons trabalhos ao término do semestre, já que os gestores, pelo menos no caso em que avaliamos, criaram uma certa expectativa sobre os resultados da pesquisa. [Entrevistado B, discente do GPP-UFRN, 2018].

É cabível a melhor divisão do tempo, prevendo assim imprevistos que possam vir a comprometer os processos metodológicos. Além disso, seria interessante a divulgação da parceria para demais ateliês, podendo estender a parceria para diagnósticos, termos de referência, planos estratégicos, entre outros. [Entrevistado C, discente do GPP-UFRN, 2018].

Disponibilizar mais tempo para o Campo, a teoria é importante sim e é necessário que o campo só seja feito após a teoria estar clara, porém ele demanda tempo e pode ser determinante para os resultados. Outro ponto que acho que pode ser trabalhado, é alternativas de metodologias para projetos e programas que não possuem dados sistematizados, mostrar como criar indicadores. Além disso, formas de trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade ou que não podem ser expostas, por exemplo, mulheres que sofrem com a violência doméstica, adolescentes envolvidos com drogas, gravidez na adolescência, muitas vezes avaliações com esse público fica sem resultado, pois desconhecem uma abordagem correta. Quanto as parcerias, vejo que os programas e projetos devem ser apresentados o mais cedo possível, pois muitas vezes o programa envolve várias instituições e a parceria acaba sendo mais ampliada. Um caso desse foi o diagnóstico que meu grupo fez no ateliê IV, era de educação, mas percebemos que precisava da secretaria de assistência social para ficar mais completo, quanto mais cedo isso for identificado, mais completa ficará a avaliação. [Entrevistado D, discente do GPP-UFRN, 2018].

Os alunos ainda foram questionados acerca da existência de reflexos concretos da experiência analisada. Dois alunos não souberam reportar tais efeitos. Dois entrevistados citaram a aproximação com a gestão e a visibilidade dos alunos, divulgando o curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN:

Sem dúvidas foi uma experiência melhor. Promoveu uma maior visibilidade do curso e dos trabalhos dos discentes, nos aproximou da gestão e da prática, além de produzir resultados que em meio a correria do dia a dia a gestão não consegue fazer, no caso do programa escolhido por meu grupo, tivemos conhecimentos de como é a implementação de um programa federal, conversamos com diferentes atores, além de permitir ver os gargalos de cada instituição e como isso chega na ponta. (...) Sim. A aproximação proporcionou uma visão prática e real do funcionamento da máquina pública, ensinando não somente como uma política funciona no dia a dia mas também como ela se sustenta e se mantém durante o tempo

desde sua implementação, resgatando seu histórico e sua representação nas ações do governo municipal. Esse contato mais próximo nos ensinou sobre orçamento, administração de uma política, como foi idealizada e como é aplicada na prática e como ela se comporta no cenário hodierno. [Entrevistado C, discente do GPP-UFRN, 2018].

Eu considero que sim, porém de forma ainda incipiente, a Secretaria Municipal de Saúde tomou conhecimento da existência do profissional, quer continuar e aprofundar o debate, além de disponibilizar o resultado para as UBS. [Entrevistado D, discente do GPP-UFRN, 2018].

A pesquisa realizada tornou possível considerar que a parceira para a realização de avaliações de políticas públicas na disciplina de Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI foi considerada positiva pelos alunos. O contato com a gestão foi reportado como um elemento de destaque, que trouxe como reflexo concreto a divulgação dos profissionais do Campo de Públicas aos gestores e a compreensão, pelos alunos, dos aspectos concretos relacionados à gestão. O acesso aos dados e às informações foi facilitado, contudo, ainda foram reportadas dificuldades no contato com alguns atores.

A análise tornou possível perceber que alguns aspectos ainda devem ser aprimorados pelos docentes. Dentre eles, foram citados a divisão entre teoria e prática, a fim de possibilitar ao aluno o tempo adequado para a realização da pesquisa, bem como a promoção do diálogo entre gestores, professores e discentes de forma mais aproximada.

A pesquisa evidenciou que tal inovação deve ser incorporada como característica da disciplina de Ateliê de Gestão de Políticas Públicas VI, sendo necessário, para tanto, a realização das adequações indicadas.

A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ESCOLA DE GOVERNO À LUZ DO CAMPO DE PÚBLICAS E SUA APROXIMAÇÃO COM A GESTÃO

O curso de Administração Pública (Csap) da Escola de Governo (EG) foi criado em 09 de dezembro de 1986, por meio da Lei Estadual nº 9.360, que também criou o cargo de administrador público, que em 2004 foi transformado em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

A criação do curso foi ao encontro do contexto de reforma administrativa (1985-1989) que dentre os objetivos destacava a necessidade de dotar os quadros do serviço público federal de pessoal capacitado para corresponder às novas demandas da sociedade. Isto, pois a modernização e eficiência da administração pública Federal passavam pela formação e qualificação de quadros de nível superior. Neste sentido, Coelho (2006) aponta que baseado no modelo francês o Governo Brasileiro atribuiu à Escola Nacional de Administração Pública (Enap) “a formação do Estado-Maior do oficialato administrativo institucionalizado pela carreira de EPPGG”. Tal carreira, segundo Ferrarezi e Zimbrão (2006, p. 63), caracteriza-se pelo:

(...) exercício de atividades relacionadas à gestão governamental e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, podendo assumir variadas funções e responsabilidades, como o gerenciamento, a assessoria técnica, a direção ou a coordenação de programas e projetos governamentais.

Voltando ao Estado de Minas Gerais, a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão governamental (EPPGG) atualmente é regulamentada pela Lei Estadual nº 18.974/10, que dispõe dentre as atribuições do EPPGG a gestão, a formulação e a avaliação de políticas públicas.

Neste sentido, uma preocupação da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, é que tais especialistas, após formados, possuam habilidades, atitudes e competências para o desempenho de suas atribuições de forma a contribuir para uma gestão pública eficiente. Para o desenvolvimento destas competências não basta que o aluno detenha um conjunto de conhecimentos. Ao conhecimento deve-se somar tanto as habilidades, como as atitudes. (FERREIRA, 2009)

A preocupação com uma formação que contemple conhecimentos, habilidades e atitudes faz sentido se considerado que a maior parte dos alunos que ingressam no Csap, conforme apresentado por Rossi (*et.al.*, 2011, p. 5), são jovens entre 17 e 24 anos, para quem “nesse momento, a escolha por um curso de administração pode significar, a princípio, a não-especialização, visto que a área oferece uma formação de caráter interdisciplinar e generalista, permitindo a inserção no mercado de trabalho em diversas organizações e funções”.

Ainda segundo Rossi (*et.al.*, 2011, p. 05)

(...) quando a opção se refere à administração pública, esse campo de atuação mostra-se mais delimitado, tanto por remeter a uma formação específica voltada para o primeiro setor, como pela inserção via concursos públicos. Acrescente-se a isso o fato de que o campo de conhecimento da administração pública no Brasil, não se encontra consolidado, o que pode exercer influência na decisão dos jovens.

Coelho (2008) afirma que, apesar dos desafios acerca do ensino em Administração Pública no Brasil, no que tange ao curso ofertado pela EG a atratividade do curso ocorre em razão de um conjunto de fatores composto por: gratuidade do curso, oferta de bolsa de estudos durante o curso e garantia de uma carreira associada à formação. Ademais, pelo fato de se tratar de uma instituição de pesquisa, acredita-se que a Fundação João Pinheiro sempre apresentou em seu quadro, profissionais que trabalharam com projetos do Estado, seja pesquisando, coordenando ou executando, possuindo, assim, um corpo docente mais bem adequado às necessidades do Csap. Assim, estes fatores contribuiriam para o fortalecimento de uma identidade específica e bem definida de Administração Pública, o que garante a qualidade na formação concedida pela Escola de Governo de Minas Gerais (COELHO, 2008).

Além disso, acrescenta-se a estes fatores o fato de que a grade curricular do Csap é constantemente atualizada. Por isso, tem-se que algumas reformas curriculares já foram implementadas, no sentido de introduzir ao curso práticas acadêmicas inovadoras, mantendo-o sempre renovado.

Farah (2011, p. 824) corrobora a preocupação com a prática ao afirmar que “a administração pública se constitui, assim, a um só tempo, como prática e como formação para a prática”. Por este motivo, faz-se necessário enfatizar a importância das perspectivas e desafios nas Instituições de Ensino Superior do campo de públicas no que se refere a inserção de práticas acadêmicas inovadoras nos currículos dos cursos.

Desde a sua criação o curso passou por diversas reformas no currículo, visando manter-se atualizado. Na última reforma, ocorrida no ano de 2013, foram inseridas as atividades de Imersão e as disciplinas Projeto Aplicado, que visam aproximar o aluno do curso à realidade prática do Estado de Minas Gerais.

As disciplinas referentes a Projeto Aplicado I, II e III, que ocorrem no segundo, quarto e sexto períodos, respectivamente, têm como objetivo incentivar o aluno a aplicar conceitos aprendidos em sala de aula, articulando o conteúdo das diferentes disciplinas com as experiências do setor público mineiro, propondo ações concretas de melhoria. Os professores da disciplina sempre elaboram o plano de ensino de forma a deixar os alunos em contato com um ambiente de trabalho que em um futuro próximo passarão a integrar. Neste contexto os alunos entram em contato com atividades que permitem que verifiquem o dia a dia do funcionamento do órgão ou entidade pertencentes ao Poder Executivo Estadual e ajudem a encontrar soluções para os desafios e problemas enfrentados, associando as experiências práticas com os conteúdos ministrados em sala de aula. Tais disciplinas permitem ainda o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período da atividade, utilizando-se de perspectiva multidisciplinar, conciliando teoria e prática.

Tais disciplinas são um desafio, pois o professor precisa articular-se com outros órgãos ou entidades visando identificar uma demanda que possa ser apresentada aos alunos, e isso deve sempre ocorrer no semestre anterior ao de realização da atividade para que o professor tenha tempo hábil para concepção do conteúdo, elaboração de horário e cronograma de execução. Embora sejam um desafio, tais disciplinas

mostram-se de grande importância para que o aluno vivencie a importância da teoria para o desempenho de atividades práticas com êxito, tornando-se um incentivo para que os alunos permaneçam sempre motivados. Isto pois, ao cursar as disciplinas o aluno pode vivenciar a aplicabilidade dos conceitos e instrumentos estudado em sala de aula às atividades cotidianas dos profissionais no exercício da carreira.

A inclusão de tais disciplinas no currículo do curso reflete a preocupação da Escola de Governo em vencer o desafio de desenhar uma proposta de curso pautada na formação generalista necessária à atuação da carreira para qual os alunos são formados.

Embora o curso tenha sido criado em 1986, conforme verificado por Souza (2017), as primeiras iniciativas de ações de imersão concebidas na perspectiva de extensão surgiram em meados dos anos 2000 da conjugação de interesses de alunos e do corpo docente da Escola de Governo. Contudo, não houve registro dessas atividades.

A imersão adquire novo significado e importância na Escola de Governo com a aprovação do novo projeto pedagógico do curso no ano de 2013, pois tais atividades passaram a denominar-se “Atividades de Imersão e Conexão”, com carga horária obrigatória mínima de 60 horas a ser cumprida por cada um dos alunos.

Desde então, projetos de imersão municipal, em que os estudantes permanecem algumas semanas nas municipalidades, atuando para fortalecimento da administração local, vem sendo constantemente desenvolvidos.

Tais projetos levam o estudante do curso a conhecer in loco a diversidade da realidade brasileira possibilitando aos mesmos o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas.

Um exemplo de projeto de imersão é o “Internato em Administração e Gestão Municipal – Prinagem” que é um dos projetos de imersão em que os estudantes permanecem durante o período de férias por quatro semanas em um município localizado preferencialmente fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, atuando em projetos da administração municipal nas áreas: gestão e avaliação de projetos e políticas públicas; mapeamento e redesenho de processos; e fortalecimento de ações voltadas para a participação social.

Nogueira (*et. al.*, 2017) relatam que o Programa iniciou-se em julho de 2016 e enviou cinquenta e dois estudantes de todos os períodos do Csap a dezoito municípios de Minas Gerais. Nessas experiências os alunos têm desenvolvido diversas atividades para o aprimoramento da gestão locais, tais como: organização do setor de recursos humanos, realizando contagem de férias atrasadas dos servidores e pesquisas de clima organizacional; estruturação dos sites das prefeituras, buscando colaborar para uma administração transparente; acompanhamento e sugestão de boas práticas nos setores de licitação e compras; suporte para elaboração de diagnósticos para o Plano Plurianual; suporte no processo de regularização fundiária urbana; suporte no processo de cadastramento de famílias junto à assistência social de comunidades nos municípios.

Ainda conforme Nogueira et all, de maneira geral, o retorno recebido pela Gerência de Extensão da Fundação João Pinheiro por parte dos estudantes participantes do Prinagem tem correspondido às expectativas. Os alunos que realizaram essa imersão consideram que a experiência possibilitou o emprego, na prática, de conceitos teóricos aprendidos na graduação em Administração Pública; estimulou a pensar em soluções e propostas diante da realidade e problemas sociais da administração pública local; possibilitou perceber realidades sociais diversas das quais convivem; contribuiu para a formação enquanto cidadãos e futuros servidores públicos; e foi uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades interpessoais, relevantes para o contexto profissional. Essas informações foram auferidas no formulário de avaliação do Programa, preenchido pelos alunos participantes após o fim da imersão.

Embora recentes, posto que as atividades de imersão passaram a ser obrigatórias apenas com a última reforma curricular realizada, tais atividades tem se destacado como ponto forte do curso de Administração Pública, à medida que aproximam de fato o estudante à realidade da população.

Além das disciplinas de Projeto Aplicado e das atividades de imersão, o Estágio Supervisionado assume um papel central na formação do egresso do Campo de Públicas, posto que aproxima-o fortemente da gestão. Tais atividades em conjunto, visam o desenvolvimento de competências nos alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Competências a serem desenvolvidas nos alunos do Csap



Fonte: elaboração própria, 2018.

O desenvolvimento de tais competências é importante, pois faz com que os egressos desenvolvam uma postura proativa e tenham capacidade para diagnosticar e propor soluções aos problemas vivenciados pela sociedade. Além disso, o egresso do Csap pode ser um agente importante no diálogo com o cidadão, capaz de repensar conceitos e rotinas, o que pode tornar os processos decisórios mais legítimos e transparentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo destacou duas experiências inovadoras de ensino no Campo de Públicas. As experiências demonstram que a aproximação do discente com a gestão pública pode e deve ocorrer no momento da sua formação.

Tais inovações são positivas não apenas pela facilitação do acesso a dados e informações, mas, igualmente, pela possibilidade de que o aluno visualize a prática da gestão pública e conheça o dia a dia do gestor, tendo contato com os seus desafios.

Para além da aproximação com a gestão, outro aspecto merece destaque: o aluno que participa destas experiências deveria, a partir disto, realizar uma avaliação participativa. Tal obrigatoriedade buscava incutir no discente a importância da participação social e fomentar a capacidade de trabalhar em um contexto democrático, considerando os diversos atores envolvidos em uma política, aplicando uma visão global em uma perspectiva multidisciplinar.

Os documentos elaborados pelos alunos foram apresentados e disponibilizados aos gestores públicos, configurando-se como base para o aprimoramento das suas políticas e ações.

Após a realização da experiência, o presente artigo destacou a importância das inovações efetivadas pelos cursos da UFRN e FJP. Os alunos da UFRN entrevistados avaliaram como positiva a inserção do gestor público como um terceiro ator ativo na disciplina. Contudo, foram indicados aspectos relevantes que devem ser observados para o aprimoramento da metodologia. A fim de contribuir com o estudo aqui iniciado, será necessário, em continuidade à presente análise, consultar os gestores que participaram da experiência, a fim de compreender a sua percepção acerca da aproximação com os discentes do GGP UFRN. Deve-se destacar, por fim, que a inovação está sendo novamente aplicada em 2018.1, agora com participação de outras instituições (a exemplo da Justiça Federal, seção Rio Grande do Norte) que buscaram o GPP UFRN para ter avaliados seus projetos e programas. O surgimento de novas parcerias aponta para a necessidade de aprimoramento e fortalecimento do diálogo entre os três atores que, agora, compõem o Ateliê 6: discentes, docentes e gestores.

Quanto às experiências da FJP, estas são contínuas e vem sendo constantemente aprimoradas, pois é importante que o egresso do curso não só conheça as funções técnicas de determinadas políticas públicas e atividades administrativas, mas também esteja preparado para as transformações, o que requer preparo técnico. Sendo assim, cursos do Campo de Públicas desempenham papel estratégico na formação do servidor público.

Por fim, tem-se que o egresso do campo de públicas deve ser preparado para tomar decisões em contextos cada vez mais complexos e adversos, fazendo uso ora da teoria e de conhecimentos de caráter mais instrumentais, ora do domínio e da compreensão da realidade. Pelas experiências relatadas os cursos da UFRN e da FJP tem obtido êxito na formação do egresso do Campo de Públicas, cumprindo o papel de aproximação entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

CARTA DE BRASÍLIA. 2013. Disponível em: <www.campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

COELHO, Fernando de S. Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre a formação em administração pública — em nível de graduação — no Brasil. Tese (doutorado em administração pública e governo) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

COELHO, Fernando de Souza. Problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. Cadernos EBAPE, BR, Número especial, agosto. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6nspe/v6nspea08.pdf>. Acessado em 10/01/13.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração Pública e Políticas Públicas. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 45(3): 813-36, Maio/Jun. 2011.

FERRAREZI, Elisabete; ZIMBRÃO, Adélia. Formação de carreiras para a gestão pública contemporânea: o caso dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. *Revista do Serviço Público*. Brasília 57: p.63-86. Jan/Mar. 2006.

FERREIRA, Clarice de Oliveira Borges. A carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e sua importância para a Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Monografia apresentada no Programa de Especialização em Administração Pública (PROAP) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. 2009. 55 páginas.

GENTILI, Paulo (Org.). Política educacional, cidadania e conquistas democráticas – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GOMES, Sandra Cristina; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento de; SILVA, Alessandro Ferreira Cardoso da; MOURA, Joana Tereza Vaz de. Os desafios da formação de um bacharel em Gestão de Políticas Públicas na UFRN. In: ALMEIDA, Lindijane. e VENDRAMINI, Patrícia (Orgs.). Pionerismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil. Florianópolis: UDESC, 2017. 336p.

ROSSI, Maria de Fátima; BIONDINI, Isabella Freire; DULOTH, Simone Cristina; RODRIGUES, Maria Isabel; ROCHA, Elisa Maria Pinto da; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães. Análise das mudanças no perfil socioeconômico dos interessados na formação para a área pública: estudo aplicado aos vestibulandos e alunos do curso de graduação da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. *Revista Temas de Administração Pública*, Araraquata: Unesp, Edição Especial, v. 2, n. 6, 2011.

LUCIO, Magda de Lima; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento de; SILVEIRA, Raquel. M. C. The Public Field in Brazil: Toward a multidisciplinary educational approach for the professional with multiple roles. *Teaching Public Administration (PRINT)*, v. 1, p. 1-13, 2017.

LAISNER, Regina; DE MARIO, Camila. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. *R. Pol. Públ.*, São Luís, v. 18, n. 2, p. 619-630, jul./dez. 2014.

MINAS GERAIS. Lei 18.974, de 29 de junho de 2010. Estabelece a estrutura da carreira estratégica de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, altera as tabelas de vencimento das carreiras policiais civis de que trata a Lei Complementar nº 84, de 25 de julho de 2005, e dá outras providências. Assembléia Legislativa.

NOGUEIRA, Maria José; OLIVEIRA, Beatrice Correa de; SOUZA, Roberto Eduardo Santos de; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo. As ações de extensão universitária na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: avanços e desafios. *Revista da extensão da Ufrgs*, v. 1, n. 15, 2017, pp. 27-34.

PIRES, Valdemir; SILVA, Suylan de A. Midlej e; FONSECA, Sérgio Azevedo; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando Souza. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), jul-set 2014, 110-126.

SOUZA, Roberto Eduardo Santos. Caminhos para a construção de uma sistemática de avaliação dos projetos de extensão da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas. (Bacharelado). Rio Grande do Norte, 2008 (atualizado em 06 de fevereiro de 2013).